RECOMENDAÇÃO N° 006/2021 – MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2006, combinado com o artigo 17, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP);

CONSIDERANDO a edição do Plano de Vacinação contra COVID-19, editado pelo Governo do Estado do Pará, que estabelece as diretrizes para a vacinação no Estado do Pará;

CONSIDERANDO o atraso e/ou ausência na prestação das informações referentes à vacinação pelos Municípios do Estado do Pará no Sistema de Informação de Imunização do Ministério da Saúde, fato que prejudica, sobremaneira, o avanço da vacinação no Estado, o qual ocupa as últimas posições no ranking vacinal contra a COVID-19 no Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade da fiscalização pelo Órgão Ministerial da aplicação correta da vacina, obedecendo-se o cronograma referente aos grupos prioritários, bem como evitando-se o desvio de imunizantes;

RESOLVE:

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que acionem os gestores municipais para que providenciem, com urgência, a inserção de dados no Sistema de Informação de Imunização do Ministério da Saúde, referentes ao Plano Nacional de Vacinação contra COVID-19, para controle e devido acompanhamento, a fim de garantir o uso idôneo das vacinas, eis que a subnotificação da aplicação vacinal implica em grave prejuízo aos munícipes, que deixam de receber as doses necessárias enviadas pelo Ministério da Saúde;

RECOMENDAR, ainda, aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que fiscalizem a correta observância, pelos Municípios, dos critérios referentes aos grupos prioritários, a fim de que não haja desvios, salvaguardando-se os direitos da população paraense.

Publique-se e Cumpra-se.

Belém (PA), 30 de março de 2021.

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público